

A COREIA DO SUL E O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO DA ÁSIA-PACÍFICO¹

André Moreira Cunha²
Julimar da Silva Bichara³

Resumo: Este trabalho analisa a trajetória recente de desenvolvimento da Coreia do Sul e os novos desafios em um contexto regional e internacional em transformações. A assim-chamada estratégia chinesa de “ascensão pacífica” tem determinado novas pressões sobre a Coreia e tem definido uma abordagem distinta de desenvolvimento (e internacionalização). Nós exploramos este contexto de modo a prover uma perspectiva contemporânea sobre a literatura prévia de comparação de estratégias de desenvolvimento.

Palavras-chave: Coreia do Sul, integração regional, estratégias de desenvolvimento, China.

Abstract: This paper analyses South Korea recent development trajectory and new challenges in the context of an evolving regional and international environment. The so called Chinese “peaceful rise” strategy has determined several new pressures upon Korea and it has defined a different development (and internationalization) approach. We explore this context in order to provide contemporary perspective upon previous literature on comparative development strategies.

Key Words: South Korea, regional integration, development strategies, China

JEL: F15, F59, O53

Introdução

Nos últimos anos vários pesquisadores brasileiros vêm procurando analisar a trajetória de modernização dos países asiáticos com o intuito de lançar luzes sobre a própria experiência brasileira e latino-americana. Em particular, buscava-se compreender o porquê do maior sucesso relativo dos asiáticos. Com este espírito, comparações entre os casos brasileiro e sul-coreano destacavam as similaridades temporais das trajetórias de industrialização pesada entre as décadas de 1950 e 1970, e as divergências que se seguiram à crise da dívida externa nos anos 1980. Na área da Economia, os estudos brasileiros sobre a Coreia do Sul⁴ (ou, por

Recebido em 27/05/2008. Liberado para publicação em 09/02/2009.

1 Trabalho originalmente apresentado no III Encontro de Estudos Coreanos na América Latina, São Paulo, 29 e 30 de outubro de 2007. Agradecemos ao apoio de pesquisa do CNPq e da bolsista de iniciação científica Nathaly Xavier.

2 Professor do PPGE-UFRGS e Pesquisador do CNPq. E-mail: amcunha@homail.com

3 Professor da Universidad Autónoma de Madrid. E-mail: jsbichara@hotmail.com.

4 Nestes trabalhos há referências mais amplas sobre outros esforços realizados por pesquisadores brasileiros.

simplificação, somente Coreia) enfatizaram a análise das estratégias comparadas de desenvolvimento e das políticas industrial e creditícia. Chamava à atenção a capacidade sul-coreana de avançar na fronteira tecnoproductiva e ampliar sua participação no comércio internacional de uma forma ativa, através do desenvolvimento de suas marcas e canais de comercialização. As análises comparativas apontavam para semelhanças nas políticas adotadas (subsídios fiscais, creditícios, cambiais, repressão financeira, proteção do mercado interno, etc.), mas destacavam a melhor articulação entre as políticas públicas e a atuação do setor privado. Canuto (1994) e Coutinho (1999) são exemplos neste sentido. Recentemente o IPEA (Chong-on e Resende, 2004) organizou várias contribuições com esta mesma perspectiva.

O presente trabalho pretende contribuir com este esforço anterior, explorando novas dimensões do processo recente de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul, e que não foram tratados anteriormente com a perspectiva aqui sugerida. Em especial, explora-se um novo dilema sul-coreano, qual seja: o desafio de integrar-se a um ambiente internacional de crescente interpenetração dos mercados de bens, serviços e fatores produtivos, especialmente de capitais, e de posicionar-se em um espaço regional cada vez mais integrado e dependente dos estímulos gerados pela economia chinesa.

A consolidação da China como motor de transmissão regional dos impulsos de crescimento vindos do ocidente está configurando um novo quadro de integração das economias asiáticas o que, por um lado, amplia os riscos de “efeito-contágio” no caso de uma reversão da conjuntura externa, e por outro, cria espaço para (em um futuro que ainda não pode ser visualizado) a emergência de um novo bloco geopolítico mais orgânico. Por isso é importante atentar para a importância regional e global da manutenção do crescimento com relativa estabilidade verificado no último decênio, quando as taxas de crescimento da China se estabilizaram em um nível elevado e, simultaneamente, a inflação se mostrou sob controle. Com a expansão das receitas públicas, os déficits fiscais são reduzidos e o governo chinês pode manter taxas de juros baixas, o que viabiliza a estratégia de esterilização das maciças intervenções no mercado cambial. Os dilemas do desenvolvimento e da estratégia de internacionalização da Coreia do Sul e, portanto, da formulação de sua política externa se explicitam ainda mais quando se percebe que uma maior aproximação com a China, como resposta à crescente integração econômica, tem o potencial de criar “outra dependência” e, assim, reduzir a autonomia política sul-coreana.

Assim neste trabalho procura-se explicitar os novos desafios colocados neste início de século XXI para a Coréia do Sul derivados da consolidação de um ambiente econômico e geopolítico internacional marcado pela ascensão da China e pelo desenvolvimento de uma ordem multipolar. Este tipo de análise, em linha com a tradição anteriormente destacada, pode ser útil para a reflexão brasileira acerca do posicionamento internacional do país em uma nova ordem internacional, marcada, cada vez mais pela ascensão chinesa. A experiência sul-coreana parece evidenciar que esta nova realidade traz desafios e riscos potenciais que não podem ser negligenciados. Em especial, há o fato de que a China tornou-se um parceiro econômico estratégico tão ou mais relevante do que os EUA. Por outro lado, no plano político, a Coréia do Sul vinha se mantendo mais próxima aos interesses estadunidenses na região Ásia-Pacífico. Assim, o desafio presente e futuro é compatibilizar os interesses estratégicos da Coréia do Sul de ser uma economia moderna e globalizada, inserida em um contexto regional de segurança política e militar, ante o embate de três potências com interesses (regionais e globais) potencialmente antagônicos: EUA, China e Japão.

Além desta breve Introdução, o artigo está organizado em mais três seções. Na seqüência é destacada a trajetória bem-sucedida de desenvolvimento da Coréia do Sul, em uma perspectiva de longo prazo. Depois se verifica a dinâmica de integração regional da Ásia e o desafio colocado pela ascensão chinesa. Em particular, procura-se analisar os limites e alternativas colocadas para a Coréia do Sul e, assim, compreender alguns dos elementos que estão balizando a sua estratégia de internacionalização. Seguem as considerações finais.

2. O Desenvolvimento da Coréia do Sul em uma perspectiva de longo prazo

Ao longo das últimas décadas, a Coréia do Sul realizou uma das mais impressionantes trajetórias de desenvolvimento de que se tem conhecimento. No final dos anos 1950, o país era um dos mais pobres da região Asiática. Apresentava níveis de renda *per capita* e indicadores de desenvolvimento social e infra-estrutura significativamente abaixo da média dos países em desenvolvimento. Nenhum analista contemporâneo poderia imaginar que, meio século depois, o país seria a 11^a economia do mundo (13^a em dólares paridade poder de compra), o 14^o maior exportador, e um dos 25 principais países em termos de desenvolvimento humano e competitividade (tabela1).

1. Posicionamento Internacional da Coréia do Sul - Indicadores Seleccionados

Indicadores	Valor	Ranking Internacional	Fonte
PIB 2005 valores correntes (US\$ bilhões)	788	11	World Bank
PIB 2005 PPC (US\$ bilhões)	1,056	13	World Bank
PIB per capita valores correntes (US\$)	15,830	47	World Bank
PIB per capita PPC (US\$)	21,850	46	World Bank
População em 2005 (milhões/habitantes)	48.3	25	World Bank
IDH (Human Development Index) 2004	0.912	25	UNDP
Exportações em 2005(participação no total m	2.7	14	OMC/WTO
Índice de Competitividade Global 2006	5.13	24	World Economic Forum

Fonte: World Development Indicators (2006), World Economic Forum Competitiveness Report 2006, Human Development Report 2006

Especialistas em desenvolvimento econômico reconhecem que a Coréia do Sul foi capaz adotar um conjunto de políticas econômicas e sociais que garantiram a emergência e consolidação de novos setores produtivos, o que transformou uma nação agrária em uma potência industrial, cujas corporações, os *chaebols*, alcançaram posições de liderança em indústria intensivas em capital e tecnologia. Por exemplo, em 2005 cerca de 40% das exportações sul-coreanas se concentravam no setor eletrônico, um importante avanço sobre os 15% verificados em 1980. As exportações daquele setor representavam 4% do PIB em 1980 e 15%, em 2005 (IMF, 2006, 2006b). O país é líder internacional na produção de navios, tendo desbancado o Japão já no ano 2000. Este setor, intensivo em capital e tecnologia, já representa cerca de 7% das exportações totais da Coréia do Sul. Por sua vez, o *market-share* global de 40% das novas encomendas em 2006 (IMF, 2007b). De acordo com estimativas do FMI, metade das exportações sul-coreanas em 2006 se concentraram em setores considerados de alta agregação de valor e conteúdo tecnológico – especialmente automóveis, navios e produtos eletrônicos –, o dobro da proporção verificada em 1990. Este salto coincidiu com o amplo esforço inovativo, tanto do setor público, quanto do privado, e que se expressa, por exemplo, nos gastos em P&D de 3% do PIB, um dos níveis mais elevados entre os países da OCDE.

O sucesso sul-coreano contrasta fortemente com a experiência de outros países que partiram de situações relativamente mais favoráveis em termos de dotação de recursos naturais e níveis de desenvolvimento. Ainda que, até meados dos anos 1970, a situação sul-coreana não fosse significativamente melhor do que a verificada nas principais economias

latino-americanas, particularmente Argentina, Brasil e México. Será depois da crise da dívida externa, no começo de anos 1980, que a trajetória das duas regiões será mais divergente, com os asiáticos alcançando um forte avanço em sua modernização produtiva e inserção internacional, com destaque para os casos de Coréia do Sul e Taiwan (Amsden, 1989, Wade, 1990, World Bank, 2003), enquanto os latino-americanos iniciavam um longo período de instabilidade macroeconômica e baixo crescimento. Por isso mesmo, os estudos comparativos sobre o desenvolvimento asiático e latino-americano tornaram-se populares a partir dos anos 1980 (Canuto, 1994, Coutinho, 1999, Chong-on e Resende, 2004).

Coréia do Sul, Japão e Taiwan teriam sido casos particulares de sucesso na constituição de burocracias fortemente identificadas com ideais nacional-desenvolvimentistas, o que se traduziu em uma maior eficiência na gestão das políticas de industrialização⁵. Em contraste com outros casos na Ásia e América Latina, o Estado sul-coreano adotou mecanismos relativamente mais eficientes de “prêmio e punição” para as empresas beneficiadas com os incentivos governamentais. Especial destaque coube às exigências de bom desempenho exportador. Os críticos das políticas intervencionistas alertavam, não sem razão, para os riscos de alocação ineficiente dos recursos escassos quando da ausência da pressão competitiva dos mercados. A associação entre proteção dos mercados domésticos e subsídios de diversas naturezas poderia redundar na consolidação de estruturas produtivas incompatíveis com a constelação de recursos disponíveis. Ao exigir certo desempenho exportador como um dos critérios centrais de acesso aos subsídios os estrategistas sul-coreanos combinavam a pressão competitiva em terceiros mercados com a regulação da concorrência doméstica. Por fim, e não menos importante, a trajetória sul-coreana se deu em um contexto onde a Guerra Fria criou estímulos favoráveis para o país, mais intensos no momento de *take-off* dos anos 1960, no que ficou conhecido como “desenvolvimento a convite” (Best *et al.*, 2005).

Em um primeiro momento, a crise financeira de 1997-1998, pareceu colocar em xeque o “milagre sul-coreano” (Berg, 1999, Jomo, 2001). Conforme se observa na tabela 2, em 1998 o país passou por uma severa recessão, com a queda de 7% no produto. A taxa de desemprego mais do que triplicou com respeito à média dos anos anteriores. A inflação subiu acima dos padrões históricos sob o peso da expressiva deterioração da taxa de câmbio. As reservas cambiais evaporaram e a Coréia teve de fazer um acordo

⁵ Algo reconhecido mesmo por quem não via com simpatia tais estratégias, como o estudo clássico do Banco Mundial (World Bank, 1993).

de socorro financeiro (de cerca de US\$ 60 bilhões) liderado pelo FMI, o que implicou a assunção de vários compromissos de realização de reformas estruturais (nos sistemas financeiro e corporativo, marcos regulatórios em diversos segmentos, etc.) e implementação de um novo regime macroeconômico (câmbio flutuante e regime de metas de inflação). A situação fiscal se deteriorou. A crise esteve fortemente associada ao processo anterior de liberalização econômica, especialmente nos mercados financeiros, de modo que as reformas que se seguiram enfatizaram o fortalecimento deste setor. Desde logo, deve-se apontar que o país recuperou-se de forma impressionantemente rápida, o que levou muitos analistas a reconsiderar que o modelo de desenvolvimento sul-coreano era intrinsecamente sujeito às rupturas. Vale dizer, a crise de 1997-1998 fora um fenômeno excepcional. A partir de 1999, o crescimento econômico retornou de forma notável, ainda que abaixo da média dos decênios anteriores – período do auge desenvolvimentista – apesar das dificuldades conjunturais de 2001, dada a desaceleração das exportações de eletrônicos, e do problema do excesso de endividamento das famílias originado no *boom* no segmento de cartões de crédito (OECD, 2005, IMF, 2006).

2. Indicadores Macroeconômicos Selecionados da Coreia do Sul, 1991-2007

Indicadores	1991-95	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
PIB - real (% aa)	7.8	7.0	4.7	-6.9	9.5	8.5	3.8	7.0	3.1	4.7	4.0	5.0	4.8
Inflação (IPC, % aa)	6.2	5.0	4.4	7.5	0.8	2.3	4.1	2.7	3.6	3.6	2.7	4.4	2.5
Desemprego (%)	2.5	2.0	2.6	7.0	6.3	4.1	4.0	3.3	3.6	3.7	3.7	3.5	nd
Exportações (var. anual %)	14.3	3.7	5.0	-2.8	8.6	19.9	-12.7	8.0	19.3	31.0	12.0	14.4	nd
Importações (var. anual %)	14.7	11.3	-3.8	-35.5	28.4	34.0	-12.1	7.8	17.6	25.5	16.4	18.4	nd
Saldo em Conta Corrente (% do PIB)	-1.3	-4.1	-1.6	11.7	5.5	2.4	1.7	1.0	2.0	4.1	1.9	0.7	0.6
Dívida de Curto Prazo/Dívida Total (%)	35.8	57.5	39.3	20.2	26.7	30.1	31.3	34.1	32.3	32.7	35.1	43.1	nd
Dívida de Curto Prazo/Reservas (%)	95.5	195.4	263.6	54.1	46.9	42.1	39.2	39.7	32.7	28.3	31.3	47.6	nd
Dívida Externa (% PIB)	15.4	20.8	26.7	40.9	29.6	26.4	26.8	25.8	25.9	25.3	23.8	29.7	nd
Balanco do Governo (% do PIB)	-0.2	0.2	-1.4	-3.9	-2.5	1.1	1.2	3.3	1.1	0.7	0.4	0.4	nd

Fonte: Elaboração própria com base em "Key Indicators 2007", Asian Development Bank.

(*) Projeções do ADB - Asian Economic Outlook 2007 - Update.

A Coreia do Sul havia experimentado um aprofundamento de seu processo de liberalização financeira nos anos 1990⁶, marcado, sobretudo, pela criação de um viés de incentivo ao endividamento de curto prazo em divisas externas através da intermediação de instituições financeiras, conforme pode ser observado nos indicadores de endividamento externo (tabela 2). Isso ocorreu, pois: (i) os empréstimos de curto prazo para bancos e corporação

⁶ Ver Jomo (2000), World Bank (2000) e Park (2006).

foram liberados, ao passo que os de longo prazo, especialmente os créditos de fornecedores e os títulos privados estrangeiros, permaneciam restringidos; (ii) o endividamento direto era favorecido frente à emissão de ações – os investimentos estrangeiros de portfólio no mercado acionário coreano foram liberados em 1992, porém mantinha-se um teto para a participação estrangeira em qualquer tipo de investimento na ordem de 10% a 15%; (iii) os empréstimos externos das instituições financeiras eram liberados, ao passo que os das corporações não-financeiras eram fortemente controlados, dependendo de uma aprovação prévia do governo.

Em geral os analistas apontaram que neste período o sistema financeiro sul-coreano apresentava algumas distorções importantes. Por exemplo, a política de crédito direcionado do passado desenvolvimentista teria deixado por herança uma forte dependência dos bancos com relação aos *chaebols*, ainda que, já nos 1980, as autoridades monetárias tenham introduzido limites prudenciais de exposição dos bancos aos empréstimos para as corporações, bem como limites mínimos (no início de 1/3) de alocação de recursos para pequenas e médias empresas. Por outro lado, aquela dependência teria cristalizado práticas de análise de crédito que enfatizavam mais a existência de colaterais do que a avaliação da possibilidade de pagamento dos empreendimentos. As normas de regulação e supervisão sancionavam tais posturas, ao que se somavam os problemas de baixa transparência das informações contábeis, e inadequação das auditorias e governança. Variações nos preços de mercado dos ativos não eram transpostas para os balanços; estes, por sua vez, não costumavam trazer informações consolidadas dos grupos econômicos.

Conforme está destacado na tabela 2, já em 1999 a Coréia Sul apresentou uma recuperação tão impressionante e inesperada como a própria crise financeira. Em um primeiro momento, o afrouxamento das políticas fiscal e monetária e o ajuste exportador dado pela depreciação cambial e a contração nas importações deram fôlego à retomada do crescimento econômico. Gradualmente o gasto doméstico foi também se recuperando, o que levou, na virada do milênio, a uma bolha de endividamento no segmento de crédito ao consumidor (mais especificamente com os cartões de crédito). As pressões inflacionárias foram amortecidas e os níveis de emprego retornaram aos patamares pré-crise. O bom desempenho do setor exportador permitiu, simultaneamente, a recuperação de parte do valor externo do *won* e a recomposição das reservas internacionais. Todos os indicadores de liquidez e solvência externa melhoraram significativamente. Aqui deve se destacar o fato de que, a despeito da implementação de um regime forma de câmbio

flutuante, as autoridades monetárias seguiram intervindo nos mercados cambiais, de modo que o acúmulo de reservas contribuiu para a redução da vulnerabilidade externa e a sustentação de um *won* competitivo. Entre 1999 e meados de 2003 a Coreia do Sul enquadrava-se, portanto, naquilo que a literatura denominou de *fear of floating*. Depois de 2003 o aumento no preço das *commodities* internacionais e seus impactos inflacionários levaram a uma maior flexibilidade do *won* no sentido do seu fortalecimento frente ao dólar estadunidense (Park, 2006, Park e Bae, 2004, IMF, 2006). No *front* institucional o governo promoveu profundas reformas nos sistemas financeiro e corporativo.

Com a reestruturação os setores financeiro e não-financeiro tornaram-se mais sólidos do que nos anos antecederam a crise financeira, mais especificamente, a primeira metade dos anos 1990. Os impactos macroeconômicos deste processo podem ser visualizados na tabela 2, especialmente a recuperação do crescimento, da estabilidade macroeconômica e uma menor vulnerabilidade externa. Ainda assim, a Coreia do Sul tem o desafio de aproximar seus níveis de renda da média dos países da OCDE – atualmente o PIB *per capita* do país, em paridade poder de compra, equivale a 75% daquela média. Isto implica manter uma trajetória vigorosa de inovação tecnológica e internacionalização, em um contexto de maior interdependência regional. Neste contexto, a emergência da China à condição de potência econômica global tornou-se um desafio crucial para o futuro da economia sul-coreana. Este ponto será analisado na seqüência.

3. Globalização e Integração Regional: os desafios do século XXI

A consolidação da trajetória de ascensão da China à condição de potência global e centro gravitacional da economia asiática é um dos principais desafios contemporâneos da Coreia do Sul. Nesta seção procura-se delinear algumas características daquela ascensão e de seus impactos efetivos e potenciais sobre a trajetória de crescimento e estratégia de internacionalização sul-coreana.

3.1. A Ascensão da China: alguns impactos econômicos sobre a Coreia do Sul

Desde que iniciou seu processo de abertura e modernização acelerada, no final dos anos 1970, a China vem apresentando uma vigorosa trajetória de crescimento e internacionalização. Com uma taxa média de expansão da renda

superior a 9% ao ano, ao longo de mais de um quarto de século, a China atingiu, em 2005, a condição de quarta maior economia do mundo em dólares correntes, ou segunda maior em paridade poder de compra, o que significa, respectivamente, 5% e 15% da economia mundial. As projeções atuais apontam para o fato de que a China deverá se tornar, ainda na primeira metade do século XXI, a maior economia do planeta. No plano comercial, o país já é o terceiro maior global *player*, atrás apenas de Alemanha e Estados Unidos. Note-se que em meados dos anos 1980 a China representava cerca de 1% das exportações mundiais, atingindo, atualmente uma participação seis vezes maior (WTO, 2006). A partir do começo dos anos 1990, a China tornou-se a nação em desenvolvimento que mais absorveu investimento externo direto (IED). Recentemente, além de receptor o país também se tornou fonte de investimentos, especialmente em outros países periféricos.

A presença crescente da China na economia internacional manifesta-se em pelo menos três dimensões: em seu *drive* exportador, que vem impondo uma crescente pressão competitiva sobre economias industrializadas e em desenvolvimento; em sua demanda por matérias-primas e energia, que vem moldando uma política externa cada vez mais ativa; e em sua consolidação como pólo atrator de investimento e irradiador de dinamismo comercial e financeiro em seu entorno regional e em outras regiões. As economias asiáticas e latino-americanas vêm experimentando os efeitos dessa dinâmica através da ampliação da corrente de comércio e dos fluxos de investimentos e, também, pela pressão concorrencial chinesa. Esta aparece com mais intensidade sobre as economias mais industrializadas da região, em seus próprios mercados e em terceiros mercados. Ademais, do ponto de vista conjuntural, desde 2003 a recuperação das economias latino-americanas tem estado diretamente vinculada ao boom no mercado de commodities e ao comportamento excepcionalmente favorável dos mercados de ativos financeiros e bens, ambos fenômenos derivados da dinâmica de crescimento chinesa em sua complementaridade com a economia estadunidense (IMF, 2007, Unctad, 2006, 2007).

Estimativas recentes sugerem que a China vem respondendo por algo entre 1/4 e 1/3 da taxa de crescimento do PIB mundial (IMF, 2007, Unctad, 2006). Isto se dá em um contexto em que a economia internacional vem apresentando taxas elevadas de crescimento da renda, do comércio e dos fluxos de capitais. O recente ciclo de expansão tem chamado a atenção dos analistas por apresentar características de forte convergência de estímulos positivos sobre diversos mercados, e por se revelar resistente às pressões altistas de preços de commodities e de certos ativos financeiros, como os

imóveis. Em grande medida tal situação foi provocada pelas políticas contracíclicas das economias centrais, particularmente os EUA. A virada do milênio havia sido caracterizada por uma elevada incerteza quanto à capacidade da economia internacional resistir às recorrentes crises dos mercados emergentes e à “exuberância irracional” do mercado financeiro estadunidense. De fato, entre 2001 e 2002, verificou-se um forte ajuste nos lados real e financeiro, com a taxa de crescimento do PIB recuando para menos de 3% a.a., contra a média superior a 4% dos anos anteriores, o volume de comércio atingindo uma variação anual de 0% em 2001 e 3% em 2002, e o mercado acionário dos EUA acumulando perdas da ordem de 40%. Todavia, já em 2003 as economias estadunidense e mundial se recuperavam com um vigor impressionante, cujo momento de auge foi o ano de 2004, onde se verificou a maior taxa de elevação do PIB mundial em trinta anos. Entre os momentos de desaceleração e recuperação, as políticas monetária e fiscal dos EUA e, em menor intensidade, da Europa e do Japão, foram inusitadamente expansionistas.

Nos EUA, tais estímulos permitiram a rápida recuperação dos gastos privados que, sob o estímulo de um processo de crescente endividamento, dada a elevada liquidez e as taxas de juros em queda, lançaram a economia em um novo ciclo de vigoroso crescimento – retomando o patamar de 3% a 4% ao ano – nos anos seguintes. Em paralelo à recuperação, novos desequilíbrios passaram a chamar a atenção. Os déficits externos em conta corrente foram atingindo níveis inusitados, passando de menos 2% do PIB em meados dos anos 1990, para 4% a partir do final daquela década, e 6% a partir de 2005. Isto acontecia apesar do enfraquecimento do dólar. O endividamento privado, especialmente das famílias, atingia níveis recordes, a deterioração das contas públicas era crescente e as pressões altistas em certos mercados financeiros, particularmente no segmento imobiliário, eram preocupantes. Neste contexto, foi se evidenciando as relações simbióticas entre as economias chinesa e estadunidense. No plano comercial, a China tornou-se o principal parceiro dos EUA. Todavia, a relação bilateral apontava déficits comerciais crescentes, que passaram de uma média de US\$ 54 bilhões entre 1996 e 1999, para mais de US\$ 200 bilhões em 2005. Em contra-partida a China, através da estratégia de acumulação de reservas e, assim, de compra de títulos do Tesouro dos EUA, passou a ser um dos principais financiadores dos déficits gêmeos da economia estadunidense. Tal relação complexa de complementaridade alimenta um debate sobre a sustentabilidade dos desequilíbrios globais de pagamentos e do quadro atual de elevada liquidez e juros reduzidos (Dooley, Folkerts-Landau e Garber, 2006).

A China está se transformando no principal centro dinâmico do Pacífico Asiático. Estimativas recentes (World Bank, 2006) sugerem que 1/3 das exportações totais dos países asiáticos emergentes – o que exclui o Japão – se destinam para países da mesma região. A China absorve quase metade destes fluxos. Entre 1995 e 2005 os Estados Unidos tiveram uma pequena queda na sua participação como mercado de destino para este conjunto de países, passando de 22% para 20%. Todavia dois aspectos fundamentais, que não ficam evidentes com esses dados gerais, precisam ser destacados: (i) enquanto a China vem ampliando seu market-share nos EUA, os demais países asiáticos vêm perdendo terreno; (ii) 2/3 do total do comércio intra-regional reflete exportações de matérias-primas e componentes industrializados de outros países da região para a China que, por sua vez, está se transformando em centro regional de montagem final para posterior exportação a terceiros mercados, especialmente os EUA. Assim, conforme sugere o referido estudo do Banco Mundial, o peso do mercado estadunidense nas exportações asiáticas é bem maior do que sugerem as estatísticas formais de fluxos bilaterais de comércio.

Parece estar se cristalizando uma significativa complementaridade entre as estruturas produtiva e comercial da China e os demais países da região. No setor agropecuário a China é exportadora de produtos temperados para os países da ASEAN, e importadora de produtos tropicais. Este fato vem garantindo a viabilização do acordo de cooperação que tem por objetivo criar uma área de livre comércio China-ASEAN, a ser implementada entre 2010 e 2015. Já os países com estruturas produtivas mais complexas que a China, como Japão, Taiwan e Coréia, vêm se tornando fontes importantes de suprimento de máquinas e equipamentos que dão sustentação a um ritmo intenso de ampliação dos investimentos no setor produtivo industrial. Capital e tecnologia fluem na forma financeira – via investimento direto externo – ou na importação de equipamentos modernos. Somente quatro economias da região, Hong Kong, Japão, Coréia do Sul e Taiwan, vêm respondendo por cerca de 60% do IDE absorvido pela China⁷ que, por sua vez, responde por 40% do total de investimento estrangeiro que entra na Ásia. A demanda chinesa por matérias-primas e equipamentos fica patente no fato de suas importações passarem de uma média mensal de US\$ 20 bilhões no começo de 2002, para mais de US\$ 50 bilhões/mês no final de 2004, início de 2005 – valor que segue crescendo para algo em torno de US\$ 70 a 80 bilhões/mês em 2006 e 2007 (World Bank, 2007). Assim, a China posiciona-se como

⁷ No final de 2006 o Japão tornou-se a principal fonte de IDE para a China, com a Coréia do Sul na quarta posição (Unctad, 2007:91)

importadora líquida de insumos e equipamentos mais sofisticados dentro da região, e exportadora líquida de manufaturas para os mercados ocidentais.

A divisão regional do trabalho centrada na China é particularmente evidente no setor de produtos eletrônicos e de alta tecnologia. Entre 1900 e 2005 este grupo de manufaturas passou de 7% – US\$ 4 bilhões – para 37% – US\$ 282 bilhões – das exportações totais da China, e de 10% – US\$ 5 bilhões – para 31% – US\$ 195 bilhões – das importações. Em sua composição nota-se que os insumos eletrônicos (partes e peças) respondem por 80% das importações totais dos eletrônicos e *high tech* originadas em outros países asiáticos, ao passo que os produtos finais somam mais de 50% das exportações daquela categoria de produtos. Ademais, há uma radical alteração neste perfil ao longo do tempo, pois no começo dos anos 1990 a China importava bens finais e exportava componentes. Assim, segundo o Banco Mundial “... 55% das exportações da China são de bens que têm sido importados para a China por empresas multinacionais para processamento e re-exportação aos mercados globais. Essas exportações processadas dobraram na última década...” (World Bank, 2006:19-20). Quando se leva em conta esse padrão percebe-se que o peso dos mercados da Tríade como destino final das economias emergentes da Ásia pode ser significativamente maior do que o sugerido anteriormente. Estimativas apresentadas pelo Banco Mundial sugerem que tal proporção passaria de 36% para 45% para o ano de 2005. Outras sugerem o comércio intra-regional seria de 14% e o extra-regional de 86%. Ainda assim, é importante deixar claro que nenhuma destas estimativas invalida o fato subjacente de que há um crescente dinamismo dos fluxos de comércio e investimentos que estão tornando a China o pólo central do *export-drive* regional.

A consolidação da China como motor de transmissão regional dos impulsos de crescimento vindos do ocidente está configurando um novo quadro de integração das economias asiáticas o que, por um lado, amplia os riscos de “efeito-contágio” no caso de uma reversão da conjuntura externa, e por outro, cria espaço para (em um futuro que ainda não pode ser visualizado) a emergência de um novo bloco geopolítico mais orgânico. Por isso é importante atentar para a importância regional e global da manutenção do crescimento com relativa estabilidade verificado no último decênio, quando as taxas de crescimento da China se estabilizaram em um nível elevado e, simultaneamente, a inflação se mostrou sob controle. Com a expansão das receitas públicas os déficits fiscais são reduzidos e o governo chinês pode manter taxas de juros baixas, o que viabiliza a estratégia de esterilização das maciças intervenções no mercado cambial. Há, evidentemente, a consciência de que o ritmo de acumulação de reservas da ordem de US\$ 200 bilhões por ano gera pressões

expansionistas sobre a liquidez doméstica e, potencialmente, os preços. Aparentemente os níveis inflacionários moderados, especialmente quando se compara o desempenho dos primeiros quinze anos de modernização (Woo, 2005) parecem ser o resultado da combinação de alguns fatores: (i) os ganhos de produtividade; (ii) a pressão sobre os salários urbanos derivada do contingente de trabalhadores rurais subempregados; e (iii) a manutenção adequada de suprimentos de alimentos e matérias-primas produzidos internamente e, principalmente, negociados em bases de longo prazo com fornecedores estrangeiros. Tais benefícios contribuíram para amenizar a pressão inflacionária potencial sobre a economia mundial. Vale dizer, a China conseguiu absorver os preços mais elevados de insumos energéticos e industriais, mantendo os preços das manufaturas em níveis que não geram distúrbios adicionais nos países importadores, particularmente os EUA (IMF, 2007). Todavia, tal processo parece estar encontrando um limite no ano de 2007. A pressão inflacionária na própria China e a elevação no preço de suas exportações podem adicionar elementos de instabilidade ao quadro originado pela crise imobiliária dos EUA (Unctad, 2007, IMF, 2007).

3.2. Breves Considerações sobre a Estratégia de Internacionalização⁸ e a Política Externa da Coréia do Sul

Um importante desafio da Coréia do Sul neste século que se inicia é administrar as tensões potenciais geradas pela ascensão da China e a necessidade de posicionar o país, de forma competitiva no plano econômico e assertiva no plano político, em uma ordem internacional marcadamente distinta daquela do período de Guerra Fria. Para muitos a queda do socialismo real, a “morte” do mundo bipolar e a idéia do “fim da história” apontavam para uma nova ordem com a hegemonia incontestada dos EUA. Porém, a emergência acelerada da Índia e China, ambas potências nucleares, o (re)posicionamento da Rússia sob os auspícios da alta no preço das *commodities* energéticas, bem como de outras nações ricas em recursos naturais, vastas populações e estruturas econômicas relativamente complexas, como Brasil, Indonésia, México, dentre outras, apontam para uma realidade bem mais complexa (NIC, 2005, Wilson e Purushothaman, 2003). A multipolaridade e não a unipolaridade parece ser o resultado mais provável das forças econômicas e geopolíticas em amadurecimento.

Os vínculos estreitos com os EUA e a complexa questão política da

⁸ Sobre a política exterior consultamos os sites oficiais do governo Sul-Coreano - <http://english.president.go.kr/> e <http://www.mofat.go.kr/me/index.jsp> (acesso em março de 2007). Ver, também, Ko (2006), Economist (2006) e Van Hoa (2002).

Coréia do Norte (Kim, 2003) têm determinado que a história da diplomacia sul-coreana oscile entre os pólos de “dependência” e “independência” na formulação de sua política externa. É neste contexto que se deve compreender que, depois de 2001, e como resposta à inflexão da política externa estadunidense na administração Bush, tenha se explicitado na Coréia do Sul duas percepções políticas: uma conservadora, que defende o alinhamento estreito à política externa dos EUA, segundo a qual a Coréia do Norte pertence ao “eixo do mal”; e outra progressista, que insiste em um diálogo pacífico para o equacionamento dos problemas políticos na península.

Todavia, a Coréia do Sul parece estar condicionada a se mover para além da simples dicotomia política externa dependente/independente, visto que o país está inserido num contexto bem mais complexo, já que a interdependência é muito forte na região. A principal questão agora é que, pra manter uma política externa e de segurança independentes, é necessária uma economia forte. Entretanto, a economia sul-coreana está cada vez mais interligada com o pólo regional que, por sua vez, centra-se na China. Ao mesmo tempo, os EUA seguem sendo um parceiro comercial importante. As tabelas 3 e 4 mostram os principais destinos de exportação e origem das importações sul-coreanas. É marcante o fato de que a China, cuja participação no comércio exterior sul-coreano era inexpressiva no final dos anos 1980, tornou-se o principal parceiro comercial do país nos anos que se seguiram ao estabelecimento de relações diplomáticas, em 1992. Em números absolutos, as exportações sul-coreanas para a China passaram de US\$ 1 bilhão, em 1991, para US\$ 82 bilhões, em 2006. Já as importações passaram, no mesmo período de pouco mais de US\$ 3 bilhões para US\$ 49 bilhões. Com isso, a corrente de comércio (exportações mais importações) cresceu 30 vezes naquele período – de US\$ 4,4 bilhões em 1991 para US\$ 130,7 bilhões, em 2006. Se tomarmos um conceito expandido de China, com a inclusão de Hong Kong, as exportações sul-coreanas teriam passado de US\$ 6 bilhões para US\$ 96 bilhões naquele período, de modo que, atualmente, responderiam quase 1/3 do total exportado pelo país.

3. Destino das Exportações da Coréia do Sul, 1988-2006 (% do total)

	1988-1991	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006
China	0.0	4.8	9.4	17.2	25.0
EUA	32.5	21.9	18.2	18.1	13.2
Japão	20.1	14.4	10.8	9.2	7.6
Hong Kong (China)	5.7	7.6	7.1	6.5	4.3
Alemanha	3.8	4.2	3.1	3.1	3.0
Cingapura	2.5	4.1	3.7	2.5	2.9
Reino Unido	3.0	2.1	2.9	2.2	1.6
Malásia	0.9	1.7	2.7	1.8	2.0
Indonésia	1.1	2.3	2.0	1.8	1.9
Filipinas	0.7	1.1	1.9	1.5	1.1
Resto do Mundo	29.9	35.8	38.2	36.0	37.4

Fonte: Elaboração própria com base em "Key Indicators 2007", Asian Development Bank.

4. Origem das Importações da Coréia do Sul, 1988-2006 (% do total)

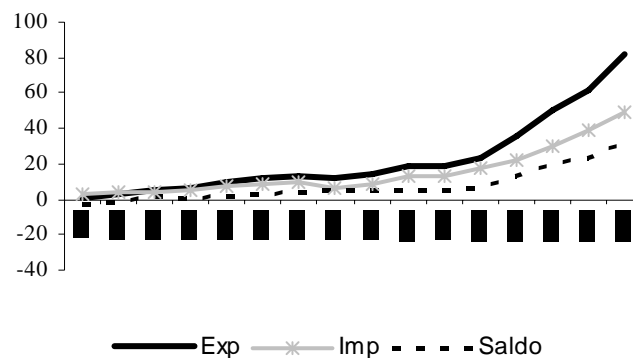
	1988-1991	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006
Japão	28.0	24.3	19.6	19.6	17.3
EUA	24.3	21.9	20.8	13.9	11.3
China	0.0	4.8	7.0	12.2	15.5
Arábia Saudita	1.9	4.1	5.0	5.5	6.4
Alemanha	4.2	4.7	3.7	3.6	3.6
Austrália	3.5	3.7	4.2	3.6	3.2
Emirados Árabes	1.4	1.3	2.2	3.3	4.0
Indonésia	1.9	2.7	3.1	3.0	3.3
Malásia	2.4	2.1	2.5	2.6	2.0
Cingapura	1.1	1.7	1.9	2.1	3.0
Resto do Mundo	31.2	28.7	30.1	30.5	30.5

Fonte: Elaboração própria com base em "Key Indicators 2007", Asian Development Bank.

Os gráficos na seqüência mostram o comércio bilateral entre a Coréia do Sul e seus três principais parceiros: China, EUA e Japão. Não só a expansão no período foi muito mais intensa na relação Coréia do Sul-China – mediana acima de 30% ao ano, contra cerca de 4% ao ano com EUA e Japão

– como é com aquele país que a Coréia produz superávits comerciais mais robustos. Desde 1993 a Coréia vem logrando gerar uma balança comercial favorável com a China, em um nível que, desde 2003, está, em média, acima de US\$ 20 bilhões ano. Com os EUA os saldos positivos são mais modestos – cerca de metade do valor médio observado com a China. No outro extremo, o comércio com o Japão é fortemente deficitário, em todo o período, em níveis quase tão intensos quanto os superávits produzidos com a China. Deve-se notar que os déficits coreanos com o Japão se aprofundaram depois de 2004, período onde o *won* ficou relativamente mais forte do que o *iene*. Ainda assim, esta desvantagem conjuntural não pode obscurecer um fato de natureza estrutural: a Coréia do Sul ainda não logrou atingir os níveis de competitividade alcançados no Japão, especialmente nos setores intensivos em tecnologia. De acordo com Kang (2007) a distância relativa entre a sofisticação da produção e exportações da Coréia frente ao Japão vem se mantendo constante desde meados dos anos 1990. Se, por um lado, a pauta coreana é cada vez mais semelhante à pauta japonesa (IMF, 2007b), por outro, os preços obtidos pelos conglomerados japoneses seguem sendo superiores. Vale dizer, o Japão se mantém na fronteira tecno-produtiva, adiante da Coréia⁹, e obtém vantagens de preço em suas manufaturas exportadas, o que, provavelmente, traduz uma percepção dos consumidores de uma qualidade ainda superior da produção japonesa.

Figura1. Comércio Bilateral Coréia do Sul e China, 1991-2006 (US\$ bilhões)



⁹ Entre 2003 e 2007, o *markte-share* dos veículos japoneses no mercado dos EUA passou de 29% para 37%, ao passo que os veículos sul-coreanos mantiveram-se com algo entre 4% e 5%. Neste mesmo período a margem de ganhos dos produtores sul-coreanos teria caído, com os japoneses logrando manter seus resultados financeiros (IMF, 2007b: 23).

Figura 2. Comércio Bilateral Coréia do Sul e EUA, 1991-2006 (US\$ bilhões)

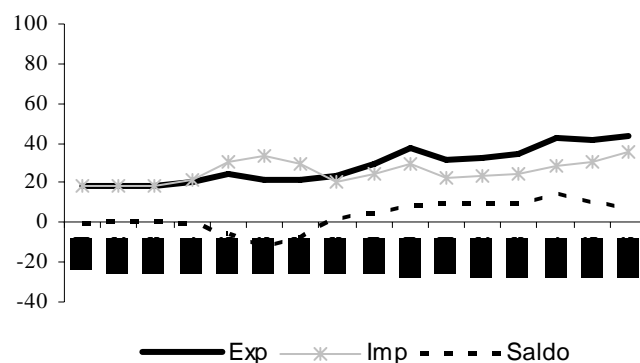
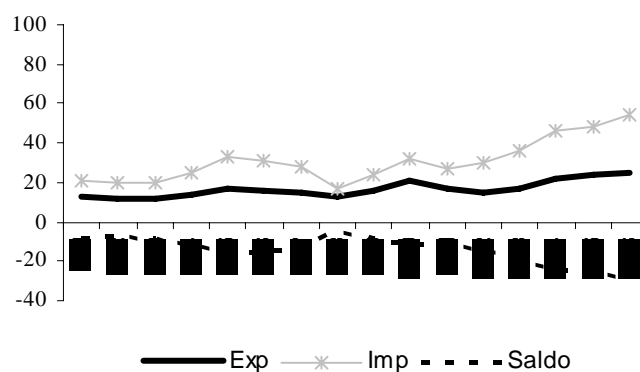


Figura 3. Comércio Bilateral Coréia do Sul e Japão, 1991-2006 (US\$ bilhões)



Com respeito às relações bilaterais com a China o quadro revela-se ainda mais complexo: de um lado, o mercado chinês vem impulsionando as exportações sul-coreanas, por outro, a China vem deslocando a Coréia de terceiros mercados, especialmente nos EUA e Japão. Em paralelo, a estrutura produtiva, com reflexos na pauta exportadora, vem se tornando cada vez mais parecida com a própria estrutura produtiva e comercial da Coréia. Vale dizer, a China não é somente um concorrente nos setores leves, intensivos em mão de obra, mas, igualmente, e de forma cada vez mais intensa, em setores intensivos em capital e tecnologia. Nos termos dos especialistas em tecnologia e desenvolvimento, o *catching-up* chinês vem se dando de uma forma muito

mais rápida do que em processos anteriores verificados, por exemplo, no Japão dos anos 1950 e 1960, e na Coreia dos anos 1980 a 1990. Um exemplo contundente deste fato é que o setor de eletrônicos responde por 40% das exportações chinesas, nível equivalente ao verificado na Coreia. Uma ressalva importante é que os produtos chineses se concentram nos segmentos de menor complexidade tecnológica, e que apesar de serem feitos “na China”, não resultado (ainda) do esforço de inovação genuinamente chinês. Esta situação reflete, conforme destacado anteriormente, a transformação da China em base regional de produção e exportação, o que tem mobilizado a atração de empresas transnacionais norte-americanas, européias, japonesas e, também, sul-coreanas.

Há alguns indícios preocupantes do efeito-deslocamento provocado pela ascensão chinesa. Entre 1996 e 2006, a participação sul-coreana no total das importações dos EUA passou de 3% para 2,5%, ao passo que o *market-share* chinês, neste que é o maior mercado consumidor global, saltou de 7% para 16%. Com respeito ao Japão, e considerando o mesmo período, a presença sul-coreana manteve-se na faixa de 4,5% do total importado por aquele país, ao passo que os chineses avançaram de 10,5% para 21%. É fato que tal deslocamento se deu, basicamente, nos setores de baixa e média tecnologia (IMF, 2007b: 25). Por outro lado, com a produção e investimentos industriais crescendo a taxas superiores a dois dígitos anuais – chegando a picos anualizados de 20% a 30% - a estrutura industrial chinesa vem se tornando cada vez mais profunda e complexa, já havendo indícios de menor dependência da importação de insumos industriais de outros países da região, como a própria Coreia (IMF, 2007b: 28). Ou seja, se o mercado importador chinês vem compensando a perda dos mercados ocidentais, talvez já haja no horizonte um novo risco: o de que quanto mais bem-sucedido for o processo de modernização da China, menor a capacidade deste mercado em dinamizar o *drive* exportador sul-coreano.

Até o momento, a força gravitacional gerada pela ascensão chinesa parece ser irresistível. É por isso que, do ponto de vista dos conglomerados sul-coreanos, a realização de investimentos na China para explorar suas vantagens estratégicas (especialmente o menor custo relativo do trabalho) também parece ser crucial para manutenção de sua competitividade em nível internacional. Assim, conforme destacado por Kim, Kim e Lee (2006)¹⁰, a

¹⁰ Além de mostrar o forte avanço no comércio bilateral, algo também reportado nas tabelas 3 e 4, Kim, Kim e Lee (2006) mostram que a rápida mudança na estrutura de exportação da China, rumo aos setores de maior conteúdo tecnológico representa um desafio para a Coreia do Sul, cuja estratégia de internacionalização vem se pautando no mesmo sentido.

ascensão da China à condição de potência econômica global e pólo regional de crescimento configura-se, simultaneamente, em oportunidade e constrangimento às pretensões sul-coreanas de se consolidar enquanto uma economia próspera, internacionalizada e competitiva.

A Coréia do Sul tem diante de si o dilema de adotar uma política externa independente, sem prejudicar os interesses econômicos do país e sem entrar em confronto com as grandes potências, em especial EUA e China. Estes, por sua vez, têm interesses potencialmente divergentes na região, especialmente nas áreas de segurança, o que envolve temas como a questão nuclear com a Coréia do Norte, a visão chinesa sobre Taiwan, a ampliação dos gastos militares chineses, disputas territoriais, liderança econômica, para citar alguns. A atual administração¹¹ aponta que os principais objetivos da diplomacia da Coréia do Sul são: a resolução pacífica da questão nuclear da Coréia do Norte; a construção de uma aliança Coréia-EUA, da qual o recente Acordo de Livre Comércio é um exemplo contundente; o estabelecimento de um regime pacífico e durável na península coreana; a construção de uma base diplomática para o desenvolvimento asiático; o desenvolvimento de uma futura diplomacia com orientação global, o que inclui a consolidação das relações diplomáticas com os países vizinhos, a expansão dos esforços diplomáticos para outras regiões, a consolidação dos esforços diplomáticos multilaterais, o apoio para o desenvolvimento das comunidades coreanas fora da península, e promoção da cultura; e os esforços diplomáticos com o intuito de promover o desenvolvimento econômico do país.

Os dilemas da estratégia de internacionalização da Coréia do Sul e, portanto, da formulação de sua política externa se explicitam ainda mais quando se percebe que uma maior aproximação com a China, como resposta à crescente integração econômica, tem o potencial de criar “outra dependência” e, assim, reduzir a autonomia política sul-coreana. No tocante ao Japão, os esforços diplomáticos de aproximação ainda não foram capazes de anular os ressentimentos com respeito aos conflitos do passado derivados do expansionismo japonês. Ademais, uma parcela importante do *establishment* sul-coreano parece perceber que o crescimento econômico da Coréia do Sul, bem como seu estreitamento das relações com a China, não seria visto com bons olhos pelo Japão, que tem disputas territoriais tanto com a China quanto com a Coréia. Assim, a Coréia parece estar condicionada a buscar alianças pontuais baseadas na busca de maximização de vantagens mútuas, e não de dependências. A diplomacia independente deve ser considerada, então, como

¹¹ Segundo o Ministério das Relações Exteriores Coreano (<http://www.mofat.go.kr/me/index.jsp> (acesso em março de 2007)).

uma conduta a ser adotada, e não como uma política específica e única.

É nos termos explicitados no parágrafo anterior que se deve analisar os diversos acordos comerciais e financeiros realizados nos últimos anos com os países da ASEAN, China e Japão, ou mesmo com os EUA. Assim, os acordos ASEAN + 3 (China, Coréia e Japão), significam um grande impulso não só no comércio entre esses países, mas também nas relações comerciais desses países com outras regiões, como EUA e América Latina (Van Hoa, 2002). Todavia, as rivalidades já citadas entre Japão e Coréia se configuram em um obstáculo não desprezível para o aprofundamento do esforço integracionista no plano regional. Plummer e Wignaraja (2007) analisam a evolução da interdependência entre as economias asiáticas e as possibilidades de aprofundamento da integração regional. Estes autores estimam que o ciclo dos negócios tornou-se muito mais sincronizado no período que se seguiu à crise de 1997-1998. No caso da Coréia do Sul, por exemplo, a correlação entre o crescimento de sua renda e da renda do conjunto das economias do ASEAN+3 era 0,28 antes de 1997, passando a 0,58 para os anos que se seguiram. É exatamente neste período que a China se consolidou como pólo regional de dinamismo e principal parceiro comercial e de destino dos investimentos sul-coreanos Kim, Kim e Lee (2006). Rana (2007) sugere que tal sincronização seria explicada pelo crescimento do comércio intra-industrial na região, o que seria um indicador da necessidade, em algum momento do futuro, de ampliar, também, a coordenação macroeconômica e institucional aos moldes do exemplo europeu.

4. Considerações Finais

Próximo ao término da primeira década do século XXI, a Coréia do Sul se consolida como uma economia moderna e internacionalizada, capaz de estar na fronteira tecno-produtiva de setores portadores e disseminadores de inovações tecnológicas. Seus conglomerados, a exemplo da experiência de outras economias avançadas, estão estabelecendo redes globais de produção e distribuição de produtos desenvolvidos com tecnologia e com marcas sul-coreanas. Após a crise financeira de 1997-1998, o país recuperou-se de forma surpreendente e, mesmo com dificuldades conjunturais derivadas de miniciclos de “*boom and bust*” nos mercados de crédito e nos preços de produtos eletrônicos, sua economia mostra sinais de vigor.

Todavia, e ainda em uma dimensão estritamente econômica, a Coréia do Sul encontra-se em uma posição peculiar: seu nível relativamente mais elevado de desenvolvimento no contexto dos países emergentes a coloca em

condições competitivas destacadas, porém sua capacidade de explorar as “vantagens do atraso” já não é mais tão intensa quanto no período de maior empuxe desenvolvimentista. As atividades intensivas em mão de obra pouco qualificada estão se concentrando, regional e globalmente, em países como China, Índia, Vietnã, Bangladesh, etc. Ao mesmo tempo, a Coréia ainda apresenta indicadores de capacidade competitiva inferiores aos verificados em países mais avançados. É neste contexto que se deve compreender as linhas gerais da estratégia sul-coreana de avançar rumo à fronteira determinada pelas economias que hoje são as mais maduras.

A ascensão chinesa à condição de potência econômica global reforça esta tendência. Tanto mais se considerarmos que a China busca, simultaneamente, aproveitar as “vantagens do atraso” (como os salários relativamente mais baixos, a possibilidade de copiar/adaptar tecnologias desenvolvidas em outros países, a atração de empresas multinacionais, etc.) e acelerar o *catching-up* tecnológico e produtivo, a exemplo do que Japão, Taiwan e a própria Coréia fizeram nas últimas décadas. Assim, o sucesso chinês é uma oportunidade e uma ameaça à Coréia. Procurou-se evidenciar o crescimento exponencial no comércio bilateral entre Coréia e China, o que reflete o processo mais geral de transformação da China em centro gravitacional da economia asiática. São inúmeras as implicações econômicas e geopolíticas derivadas da ascensão chinesa. Este artigo não pretendeu, e nem poderia, explorá-las detalhadamente. Ainda assim, procurou-se demarcar que tal movimento estrutural deverá determinar os espaços de atuação da autonomia sul-coreana em sua estratégia de internacionalização.

Por fim, ainda que não tenha sido objeto deste artigo explorar as relações bilaterais entre Brasil e Coréia do Sul, seria importante mencionar que o mesmo contexto de transformações geopolíticas e geoeconômicas deste novo século condiciona o Brasil e cria, potencialmente, espaços para que haja uma maior aproximação entre estes dois países. Não parece ser do interesse de longo prazo do Brasil se limitar à condição de país satélite da principal potência regional e, ainda hoje, global: os EUA. O Brasil tem um perfil de integração comercial e financeira, especialmente, quando se consideram os investimentos diretos de caráter produtivo, bastante diversificado. Da mesma forma, não parece prudente à Coréia ficar condicionada a ter de escolher entre duas hegemonias de forte influência regional e global: EUA *versus* China. A diversificação de parcerias parece convergir no horizonte de Brasil e Coréia, criando o espaço para o aprofundamento das relações bilaterais.

Referências Bibliográficas

- AMSDEN, A. H. (1989). *Asia's Next Giant: South Korea and late industrialization*. New York: Oxford University Press.
- BERG, A. (1999). *The Asian Crisis: causes, policy responses and outcomes*. Washington, DC: International Monetary Fund. (IMF Working Paper, n. 138).
- BEST, A., HANHIMAKI, J. M., MAIOLO, J. A., SCHULZE, K. (2005). *International History of the Twentieth Century*. New York, Routledge.
- BIJIAN, Z. (2005). China's Peaceful Rise to Great Power Status. *Foreign Affairs*, v, 84, n. 5. New York: Council of Foreign Relations.
- CANUTO, O. (1994). *Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia*. São Paulo: Nobel.
- CHANG, H. (1994). *The Political Economy of Industrial Policy*. London: Macmilland.
- CHONG-ON WON, RESENDE, L.F. L (2004, orgs). *Brazil-Korea: an agenda for development*. Brasília: IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas).
- COUTINHO, L. (1999). Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DOOLEY, M. P., FOLKERTS-LANDAU, D., GARBER, P. (2005). International Financial Stability, Deutsche Bank. (<http://econ.ucsc.edu/~mpd/> - acesso em julho de 2006).
- EICHENGREEN, B. (2004). Global Imbalances and the Lessons of Bretton Woods. *NBER Working Papers* 10.497. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.
- FIORI, J.L. (2004). *O Poder Americano*. Petrópolis, Vozes.
- IMF (2006). Republic of Korea – Article IV Consultation. *IMF Country Report* 06/380. Washington, DC: International Monetary Fund.
- IMF (2006b). *Republic of Korea – Selected Issues*. Washington, DC: International Monetary Fund.
- IMF (2007). *World Economic Outlook, October*. Washington, DC: International Monetary Fund.
- IMF (2007b). *Republic of Korea – Selected Issues*. Washington, DC: International Monetary Fund.

- JOMO, K. S. (2001). *Growth After the Asian Crisis: what remains of the East asian model?* (G-24 Discussion Paper, n. 10).
- KANG, K. (2007). A Reexamination of Korea's Exports: performance vs. vulnerability. *KIET Industrial Economic Review*, Vol. 12, No. 2, pp. 14–26.
- KIM, H. (2003). Inter-Korean relations and the roles of the US and of the EU. *Asia Europe Journal*, 1: 503–509.
- KIM, J., KIM, Y., LEE, C. H. (2006). Trade, Investment and Economic Interdependence between South Korea and China. *Asian Economic Journal*, v. 20, n.4, p. 379-392.
- KO, S. (2006). South Korea's search for an independent foreign policy. *Journal of Contemporary Asia* vol. 36 n° 2.
- MUSSA, M. (2005). Sustaining Global Growth While Reducing External Imbalances. In BERGSTEN, F. *The United States and the World Economy: policies for the next decade*. Washington, DC: Institute for International Economics.
- NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL (2005). *Mapping the Global Future*. Washington, DC: National Intelligence Council.
- OECD (2005). *OECD Economic Surveys – Korea 2005*. Organisation for Economic Co-Operation and Development.
- PARK, Y. C. (2006). *Economic Integration and Liberalization in East Asia*. Oxford University Press.
- PARK, Y. C.; BAE, K. (2002). *Financial liberalization and economic integration in East Asia*. In: PECC Financial Forum Conference. Issues and prospects for regional cooperation for financial stability and development. Honolulu.
- PLUMMER, M., G., WIGNARAJA, G. (2007). *The Post-Crisis Sequencing of Economic Integration in Asia: Trade as a Complement to a Monetary Future*. Working Paper Series on Regional Economic Integration, n.9. Manila: Asia Development Bank.
- RANA, P. B. (2007). *Trade Intensity and Business Cycle Synchronization: The Case of East Asia*. Working Paper Series on Regional Economic Integration, n. 10. Manila: Asia Development Bank,.
- RODRIK, D. (2005). Growth Strategies. In AGHION, P., DURLAUF, S. (eds.). *Handbook of Economic Growth*, North-Holland.
- STIGLITZ, J. E. (2005). *A Globalização e seus Malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.
- THE ECONOMIST. In dangerous waters - The cold war in Asia. *The Economist*, 7/10/ 2006.

- UNCTAD (2006). *Trade and Development Report*, 2006. Geneve: United Conference on Trade and Development.
- UNCTAD (2007). *Trade and Development Report*, 2007. Geneve: United Conference on Trade and Development.
- VAN HOA, T. (2002). *Korea, China and Japan: Their trade with the world and its impacts on New Asian Regionalism ASEAN + 3*. Working Paper Series 2002, Department of Economics - University of Wollongong. (<http://www.uow.edu.au/commerce/econ/workingpapers/WP02-13.pdf>, acesso em março de 2007)
- WADE, R. (1990). *Governing the Market: economic theory and the role of government in East asian industrialization*. Princeton: Princeton University Press.
- WILSON, D., PURUSHOTHAMAN, R. (2003). Dreaming with the BRICs: the path to 2050. *Global Economics Paper* n.99. New York: Goldman Sachs.
- WOO, W. T. (2005). *The Structural Nature of Internal and External Imbalances in China*. The Brookings Institution (<http://www.brookings.edu/views/papers/20060908woo.htm>).
- WORLD BANK (1993). *The East Asian Miracle: economic growth and public policy*. Oxford University Press.
- WORLD BANK (2000). *East Asia: recovery and beyond*. Washington, DC: World Bank.
- WORLD BANK (2006). *AEP Regional Overview*, November. Washington, DC: World Bank.
- WORLD BANK (2007). *China Quarterly Update*, February. Washington, DC: World Bank.
- WTO (2006). *International Trade Statistics 2006*. Geneve: World Trade Organization.
- WU, J. (2005). *Understanding and Interpreting Chinese Economic Reform*. Mason: Thomson.